



## 18) Quesitos – Legítima defesa

\_\_\_\_.º Tribunal do Júri da Comarca \_\_\_\_.

Processo n.º \_\_\_\_

Autor: Ministério Público<sup>1</sup>

Réu: “R”

### QUESTIONÁRIO

1. O réu “R”, qualificado a fls. \_\_\_\_, no dia \_\_\_\_, às \_\_\_\_ horas, no interior do estabelecimento comercial situado na \_\_\_\_, nesta Comarca, desferiu tiros de arma de fogo em “F”, causando-lhe as lesões descritas no laudo necropsológico de fls. \_\_\_\_?

2. Essas lesões deram causa à morte da vítima?

3. O réu defendeu sua própria pessoa?<sup>2</sup>

4. Defendeu-se o réu de uma agressão injusta?

5. Defendeu-se o réu de uma agressão atual ou iminente?<sup>3</sup>

6. Utilizou o réu dos meios necessários para a defesa?

7. O réu valeu-se moderadamente desses meios?<sup>4</sup>

8. O réu excedeu-se culposamente?<sup>5</sup>

9. O réu excedeu-se dolosamente?<sup>6</sup>

10. Existem atenuantes em favor do réu?

Comarca, data.

\_\_\_\_\_  
Juiz Presidente

<sup>1</sup> Embora constitua praxe forense a utilização da expressão “Justiça Pública”, em verdade, ela inexistente. Quem promove a ação penal é o Ministério Público. Quem aplica a lei ao caso concreto, realizando justiça é o Poder Judiciário. Logo, não há “Justiça Pública”, como sinônimo de órgão acusatório.

<sup>2</sup> Jurados julgam fatos. Por isso, a tese da legítima defesa precisa ser desmembrada em vários quesitos.

<sup>3</sup> Há quem separe em duas questões: primeiro, atualidade; depois, iminência. Pensamos ser melhor concentrar em uma única pergunta, pois a situação é alternativa.

<sup>4</sup> Negado este ou o anterior, coloca-se em votação o excesso (próximos quesitos).

<sup>5</sup> Os dois quesitos sobre o excesso são obrigatórios em qualquer excludente de ilicitude. Entendemos que, primeiro, deve ser indagado sobre o excesso culposos, mais favorável à defesa.

<sup>6</sup> Confirmada a falta de moderação ou dos meios necessários, mas negados os excessos culposos e doloso, o réu deve ser absolvido por excesso accidental. Ver a nota 330 ao art. 484 do nosso Código de Processo Penal comentado.